

059ª SESSÃO ORDINÁRIA – 25JUN2012

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Tendo em vista a Licença para Tratar de Interesse Particular do Ver. Kevin Krieger, a Mesa declara empossado o Ver. Ismael Heinen, que já prestou compromisso e integrará a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana, em função da impossibilidade de os Suplentes Reginaldo Pujol e Newton Braga Rosa assumirem a Vereança.

Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje tratará de assunto relativo à importância do bibliotecário no mercado de trabalho. O tempo regimental de 10 minutos para a manifestação do Conselho Regional de Biblioteconomia da 10ª Região será dividido entre dois oradores: a Sra. Angélica Conceição Dias Miranda, Presidente do Conselho, Professora e Doutora da Universidade Federal do Rio Grande; e o Sr. Eduardo Carrion, Procurador dos Bibliotecários concursados.

O Sr. Eduardo Carrion está com a palavra.

O SR. EDUARDO CARRION: É com satisfação que nos pronunciamos nesta Tribuna Popular em nome – ou como Procurador – dos Bibliotecários concursados. Dividirei o tempo com a ilustre Presidente do Conselho Regional de Biblioteconomia da 10ª Região, a Dra. Angélica Miranda. Sr. Presidente e Srs. Vereadores, em função da exiguidade do tempo, vou procurar ser bem objetivo. Trata-se de concurso público para bibliotecário na Prefeitura Municipal de Porto Alegre. A publicação do resultado final do concurso ocorreu em 30 de março de 2009, tendo sua validade sido automaticamente prorrogada para 30 de março de 2013; 39 vagas previstas; aprovados, exatamente, 39

concurados. Até o momento, seis convocações para nomeação, tendo havido duas desistências; quatro bibliotecários foram nomeados. Desde a realização do concurso, Sr. Presidente, há quase quatro anos, ampliou-se a necessidade de bibliotecários, mas, mesmo assim, a Administração Municipal reluta em nomear novos bibliotecários. Diversos procedimentos foram adotados desde 2010, entre os quais: quatro processos junto à Administração Municipal, expedientes encaminhados à Comissão de Constituição e Justiça e à Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude desta nobre Casa; manifestação no plenário da Comissão de Constituição e Justiça desta Câmara Municipal; expediente encaminhado à Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre, Ministério Público Estadual, que, por sua vez, oficiou o Ministério Público de Contas. Essas foram as principais medidas adotadas pelo grupo de bibliotecários concursados.

Pois bem, hoje a jurisprudência dos Tribunais, inclusive do STF, é clara, consolidou-se no sentido de reconhecer direito líquido e certo a nomeação dentro do número de vagas, havendo discricionariedade da Administração Municipal apenas no que se refere ao momento de nomeação, desde que dentro do prazo de validade do concurso. Entretanto, a jurisprudência orienta-se cada vez mais também no sentido de reconhecer direito líquido e certo a nomeação imediata quando houver servidores em claro desvio de função, temporários ou mesmo terceirizados. Constatamos a existência, atualmente, de professores em claro desvio de função, assumindo funções privativas de bibliotecários, privativas segundo a lei.

A título de exemplo, chamamos a atenção para quatro casos, entre tantos, mas esses surpreendentes pelo inusitado. Solicito a máxima atenção, Srs. Vereadores, com relação ao que vou relatar neste momento. O caso de duas professoras, ao invés de bibliotecários, autorizadas a afastarem-se, textualmente “a fim de participar do III Fórum Nacional de Bibliotecas Públicas e Escolares”. Segundo caso: o caso de uma professora, em vez de bibliotecário, autorizada a afastar-se “a fim de participar do 24º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação”. Chega a ser escandaloso. Dois outros casos: o caso de um operário para responder pela Função Gratificada de Chefe de Setor de Difusão do Livro da Biblioteca

Municipal Josué Guimarães, da Secretaria Municipal da Cultura. Nada contra os operários que, operativamente, fazem crescer este País, mas trata-se de claro desvio de função em desmerecimento à competência da Administração Pública. Outro caso: o caso de um auxiliar de cozinha para responder pela Função Gratificada de Chefe de Setor de Difusão do Livro da Biblioteca Pública Municipal Josué Guimarães, da Coordenação do Livro e Literatura, da Secretaria Municipal da Cultura, substituindo, nessa função, não um bibliotecário, mas uma auxiliar de serviços gerais. Veiculada pela imprensa essa notícia, por iniciativa do grupo de bibliotecários, tornou-se, então, sem efeito essa Portaria. Mas o alerta foi dado exatamente pelo grupo de bibliotecários concursados aqui presente. Nada contra auxiliar de cozinha; aliás, precisamos de auxiliares de cozinha, mas não se justifica que ocupem uma função privativa de bibliotecários.

Com essa manifestação, qual o nosso objetivo? É sensibilizar a Câmara Municipal e os ilustres Vereadores, representantes legítimos do povo porto-alegrense, com relação à situação, esperando que iniciativas sejam tomadas junto à Administração Municipal.

Eu encerro, lembrando que recebi agora há pouco do Dr. Thiago Duarte, Líder da Bancada do PDT, um informativo sobre uma homenagem a Getúlio Vargas, um ciclo de debates. Eu lembro que Getúlio Vargas foi o criador do DASP – Departamento Autônomo do Serviço Público: a perspectiva de uma Administração Pública racional, operativa e moderna, em que é básico, é um fundamento o princípio do concurso público. Então, nessa perspectiva, uma cidade como a nossa, às vésperas de acolher aqui os estrangeiros, nós temos que sanar essa situação esdrúxula de chefe de cozinha ou operador de máquinas estarem substituindo bibliotecários nas nossas escolas, nas nossas bibliotecas, desqualificando o trabalho público. Muito obrigado pela atenção. Passo de imediato a palavra à Dra. Angélica. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. ANGÉLICA CONCEIÇÃO DIAS MIRANDA: Boa-tarde, senhoras e senhores aqui presentes, é com satisfação que participo desta Tribuna Popular. Como Presidente do Conselho Regional de Biblioteconomia da 10ª Região,

ressalto que o nosso objetivo principal é a fiscalização do exercício profissional, bem como a divulgação do bibliotecário. Nossa meta é trabalhar pela nossa sociedade e exigir que as leis sejam cumpridas. Observamos que a informação hoje é considerada um importante insumo. As organizações não vivem sem informação, as escolas e as empresas; a informação é considerada essencial para promover o acesso ao conhecimento e ao crescimento das pessoas, e, para as escolas não é diferente, para todos os lugares que precisam de informação não é diferente. Sem acesso à informação, nós não conseguiremos fomentar a educação de qualidade. Sabemos que a multiplicação dessa informação na Internet faz com que haja um lixo informacional e, dessa forma, se percebe a competência e o conhecimento do profissional em diversas instituições. Um profissional capacitado e qualificado fará orientação dos alunos em formação, impossibilitando que esses apenas copiem e colem, que sejam simplesmente máquinas de reprodução, mas que possam aprender a criticar, a pensar, a colaborar e se tornarem cidadãos competentes e inteligentes.

Senhores, bibliotecário é um agente parceiro dos professores no sentido de possibilitar o acesso ao mundo da leitura. Ressaltamos que, na campanha de 2011, o nosso *slogan* foi “A informação leva você mais longe, e o Bibliotecário leva você até ela”. Hoje, temos 41 cursos de Biblioteconomia no País, prestes a termos mais um e, mesmo assim, faltam profissionais. Nós, no Rio Grande do Sul, temos o privilégio de ter duas escolas, instituições federais qualificadas com dois cursos de Biblioteconomia. No ano de 2009, o CRB deu início ao Fórum de Bibliotecas Escolares e Públicas como uma proposta do Conselho Federal. Atualmente, nós estamos na 29ª Reunião do Fórum, a última foi em Porto Alegre e em Canoas, totalizando, então, 29 reuniões em que se discute a promoção da leitura, da educação, o acesso igualitário a bibliotecas e condições de informação para esses jovens. Há cerca de uma semana, foi lançada a Frente Parlamentar para tratar da criação de bibliotecas públicas. Vejam, senhores, nós precisamos de todos os tipos de biblioteca para possibilitar à nossa sociedade o acesso a essa informação. Salientamos, ainda, que Frente Parlamentar de Incentivo à Cultura, criada no ano passado, em Porto Alegre, já surtiu efeitos, temos ótimos resultados.

Senhores, para finalizar, eu digo: Nós não queremos hospitais sem médicos, nós não queremos hospitais sem enfermeiros e profissionais de saúde, nós não queremos que as escolas funcionem sem professores. Portanto, nós não queremos também que a nossa profissão, regulamentada, respeitada, com uma lei que faz 50 anos este ano, seja exercida por leigos, por melhores que possam ser as intenções. Nós estudamos por quatro anos, especializamos-nos, participamos de eventos de classe e nós queremos, então, exercer o nosso direito como bibliotecários nessa sociedade. Desconsiderar isso é afirmar que toda a estrutura de ensino superior em Biblioteconomia não tem utilidade e que o aluno, que sai do curso após quatro anos de estudo, não tem mercado de trabalho, ou ele é simplesmente ocupado por outro tipo de profissional.

Senhores, nós queremos que a lei seja cumprida. E aqui nós estamos para pedir apoio a Vossas Senhorias. Queremos que nossos representantes não apenas deem o exemplo de respeito às leis vigentes, mas, principalmente, que se esforcem em reconhecer a importância do bibliotecário e a importância das instituições bibliotecárias neste País, como acesso e fomento à leitura e à educação, porque é a nossa única forma de mudar este País: com leitura e com educação! Muito obrigada. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Convido o Sr. Eduardo Carrion e a Sra. Angélica Conceição Dias Miranda para fazerem parte da Mesa.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. PEDRO RUAS: Muito obrigado, Presidente, Ver. Haroldo de Souza; minha cara Presidente do Conselho, bibliotecária Angélica Conceição Miranda; meu caro amigo de tantos anos, professor Dr. Eduardo Carrion. O registro que faço, em nome da nossa oposição na Casa, é o de que nós já fomos procurados sobre este tema quando presidíamos a Comissão de Justiça da Casa, e o Dr. Carrion já nos trazia, com toda razão, a análise da injustiça realizada nesse caso. E mais, da possibilidade concreta de efetivação da

medida. E agora, da tribuna, como naquele tempo, um pouco menos ainda, mas já do nível de escândalo que vivemos, em que as pessoas de funções absolutamente distintas passam a exercer ofício privativo de bibliotecário com formação superior.

Então, faço aqui este registro, lembrando que nós temos já um acúmulo, através do trabalho da Ver.^a Fernanda Melchionna – aliás, um trabalho reconhecido pelo próprio Prefeito, esses dias, publicamente –, na Frente Parlamentar do Incentivo à Leitura. E que nós queremos concretizar efetivamente essa realização, a nomeação imediata dos bibliotecários que passaram no concurso. E não é por um favor especial a eles, e não é pelo trabalho gigantesco que tem o Dr. Carrion nessa área, que nós reconhecemos, é porque o Município precisa, sob pena de ficar passando vergonha, como nesses casos relatados na tribuna. Contem conosco! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Toni Proença está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. TONI PROENÇA: Obrigado, Presidente Haroldo de Souza. Eu queria cumprimentar a Angélica e o Professor Eduardo Carrion, e dizer que eu aprendi muito sobre biblioteconomia com a nossa Ver.^a Fernanda Melchionna, na caminhada que fizemos pela aprovação do Plano Municipal do Livro e da Leitura, que esta Casa aprovou com a proposição do Prefeito, e que foi um trabalho conjunto da sociedade civil, do Conselho de Biblioteconomia e, principalmente, das creches comunitárias, que têm muitas pela Cidade. E nessa caminhada, aprendi que talvez pudéssemos – foi uma das sugestões do Grupo de Trabalho – ter bibliotecárias em todas as 17 regiões em que há a distribuição política do Orçamento Participativo, para que se pudesse organizar as creches comunitárias, e só aí já absorveríamos, no mínimo, mais 17 concursados. Portanto, contem com a Bancada do Partido Pátria Livre, com a Bancada do Partido Progressista – assim me autorizou o Ver. João Antonio Dib –, e com a nossa solidariedade pela causa. E que esta Casa possa – sugestão minha nesta tribuna – fazer uma Moção de Apoio ao aproveitamento dos

concurados, que, para além das escolas e das bibliotecas públicas municipais, também pudessem ser lotados nos Centros Administrativos Regionais, para que possam organizar, sistematizar, e fazer a mediação de leitura nas creches comunitárias. Parabéns pela luta, e contem conosco.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Ismael Heinen está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. ISMAEL HEINEN: Exmo. Sr. Presidente, Haroldo de Souza, quero cumprimentar, e dizer da minha satisfação em poder me dirigir ao Professor Carrion, da mesma forma à Angélica, Presidente do Conselho Regional. Professor Carrion, o problema dos concursos e dos concursados em assumirem suas funções são um problema crônico na atual cultura política do nosso País, infelizmente. Começa pelo fato de o concurso, de repente, ser feito com outras intenções: pessoas que são aprovadas jamais são aproveitadas. Parece que tem uma máquina atrás disso para fazer concursos sem necessidade. Eu gostaria de ver se no nosso País, dentro do nosso Município, dentro desta Câmara Municipal – e isso já aconteceu também – de concursados não serem chamados, que haja uma cultura séria para que não se frustre a perspectiva daqueles que fazem o concurso. Agora, vemos aqui um problema cultural mais profundo na Educação do Município, deixando de atender as vagas de uma biblioteca por bibliotecários. Se não tiver a biblioteca, com certeza, eles farão a cobertura e vão lutar para que as bibliotecas existam. Então, nós nos solidarizamos e, ao mesmo tempo, lamentamos que esse problema cultural exista em nosso País. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada, Ver. Haroldo. Quero cumprimentar o Dr. Carrion, a Angélica e as bibliotecárias que acompanham aqui a manifestação

na Tribuna Popular, e, em nome da Bancada do PT, dos Vereadores Todeschini, Maria Celeste e Engenheiro Comassetto, nosso Líder, venho apoiar esse pleito. Nós o consideramos extremamente justo. São três anos e meio de concurso, um concurso com 39 vagas, quer dizer, são poucas vagas e, daqui a menos de um ano encerrará a sua validade. Diante de um Pedido de Informações que fiz em maio à Prefeitura de Porto Alegre, ela informou que foram autorizadas sete nomeações, em três anos. Mas afirma que as nomeações estão sendo aprovadas conforme a necessidade de pessoal. Pela fala do Dr. Carrion e da Angélica, nós temos a convicção e sabemos que isso é extremamente necessário, que há necessidade, que há espaço no quadro para a função específica de bibliotecário. Só na rede municipal são 96 escolas municipais. Mesmo que a escola tenha coletivo com professores delimitados, precisa ter a coordenação de uma bibliotecária. Nós sabemos que uma escola sem uma biblioteca ativada, viva, projetando a leitura, convocando para a associação, para a retirada de livros, e todo trabalho técnico do bibliotecário, a escola não cumpre a sua função de construção da leitura, de construção do conhecimento, ela não cumpre. Uma biblioteca, como muitas nós vivemos, inclusive em escolas com bibliotecas fechadas no Estado Rio Grande do Sul; era inaceitável, eu dizia: “Não tem como a Educação dar certo”, e estão aí os dados.

Então, quero também reformar a sugestão do Vereador. Nem precisaria ser uma Moção de Apoio, votada, acho que nós já pudemos nos manifestar, Ver. Haroldo, com a Casa reconhecendo as necessidades do quadro, e que progressivamente se aproveitem os concursados, afinal, concurso custo caro, há uma grande expectativa, são poucos cargos, e há menos de um ano ainda de validade. Então, parabéns pela luta de vocês, contem conosco, vamos pensar outras formas para dar visibilidade a esta luta, muito justa, que vai beneficiar a cidade de Porto Alegre.

Eu encerro dizendo o seguinte: é uma escolha política, porque há necessidade, há recurso; o Governo Municipal, na verdade, tem criado muitas secretarias, só que com CCs, sem orçamento inclusive, tem gasto em estruturas questionáveis, e uma causa tão justa eu acho que é inadmissível que seja deixada de lado.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Eu pedi o Tempo de Liderança para que a gente pudesse fazer uma retrospectiva muito importante, Dr. Eduardo Carrion e Presidente Angélica, do Conselho Regional de Biblioteconomia – um Conselho muito importante pela valorização, pelo reconhecimento da profissão de bibliotecário e, sobretudo, pela luta em prol da leitura no nosso País –, assim como algumas colegas de faculdade que estão presentes e que são parte desse verdadeiro absurdo que ocorre no Município de Porto Alegre. Eu diria, Dr. Eduardo Carrion, que são vítimas, são pessoas que há três anos estão esperando para serem chamadas num concurso, para o qual se dedicaram, com meses de estudo; fizeram a prova, e a prova do Município de Porto Alegre foi uma das mais difíceis para a nossa profissão; foram aprovados, e o Município precisa que essas vagas sejam preenchidas.

Não posso deixar de fazer o registro dos concursados da própria Câmara Municipal, que também estão aqui na tarde de hoje, lutando por aquilo que é um direito. São pessoas que fizeram concurso para a própria Câmara e que estão na luta para serem chamadas como o previsto no Edital, ainda mais se tratando de cargos que são necessários na Câmara Municipal de Porto Alegre, é parte de uma luta para que os Governos cumpram o que foi previsto no Edital e se comprometam a valorizar o serviço público. Porque, há muito tempo, concursos públicos têm sido usados como forma de arrecadação de recursos. E, felizmente, a jurisprudência nacional mudou no sentido de obrigar prefeituras e governos a chamarem aqueles aprovados no edital.

Eu gostaria de fazer uma retrospectiva das visitas que fizemos. A Frente Parlamentar de Incentivo à Leitura esteve na Secretaria Municipal de Administração, com a Secretária Sônia Vaz Pinto, pedindo o chamamento dos bibliotecários; isso em 2009, não foi agora, em 2012. Lá soubemos que as Secretarias têm de fazer o requerimento.

Quando surgiu o concurso, foram 39 vagas pedidas diretamente para a Secretaria Municipal de Educação. A totalidade das vagas era para ser preenchida na rede de escolas municipais, na cidade de Porto Alegre, da então Secretária – Ver. Dib, Líder do Governo – Marilu.

E nós, depois de irmos à SMA – Secretaria Municipal de Administração –, estivemos junto com as bibliotecárias, com o Conselho, no dia 7 de abril de 2010, Dr. Eduardo Carrion, na Secretaria Municipal de Educação, para problematizar a necessidade do bibliotecário, a necessidade da informação da rede municipal, a necessidade do professor estar em sala de aula, porque faltam 200 professores na Rede Municipal de Ensino – enquanto isso, há professores em desvio de função, porque eles não chamam os bibliotecários e bibliotecárias aprovados no concurso; para problematizar a necessidade da escola de ter uma biblioteca que seja o coração da política do incentivo ao livro e à leitura, da Feira do Livro, do estímulo à aprendizagem e à pesquisa escolar, com bem nos trouxe a Angélica.

Dia 7 de abril de 2010, Ver. Haroldo de Souza, a Secretária de Educação, naquele momento, comprometeu-se a preencher, no mínimo, dez vagas de bibliotecários, imediatamente, nas escolas da Rede Municipal.

Nós estamos em 25 de junho de 2012. Três anos se passaram; das mais de 95 escolas, cerca de 60 têm biblioteca, outras têm sala de leitura e seguem precisando de bibliotecários.

A Secretaria Municipal de Cultura, como bem trazido pelo Dr. Eduardo Carrion, um caso grave de lotação na difusão do livro e da leitura, e de outros cargos, com todo o respeito aos operários, aos auxiliares de cozinha, mas não têm essa formação específica para exercer esse papel do bibliotecário dentro da Secretaria Municipal de Cultura. Há uma série de órgãos da Prefeitura Municipal que precisam do bibliotecário, e o seu chamamento acarretaria muito poucos recursos, mas acarretaria melhoria da política de leitura na nossa Cidade, a execução do Plano Municipal do Livro e da Leitura, a melhoria da rede municipal de escolas municipais da cidade de Porto Alegre. Infelizmente, nós não estamos vendo isso.

Falo em meu nome e em nome do Ver. Pedro Ruas, que atuou na Comissão de Constituição e Justiça, na luta pela imediata nomeação desses profissionais.

Reitero, Dr. Carrion, Angélica, colegas, o nosso apoio intransigente na defesa dessa nomeação, na defesa do serviço público, na defesa dos direitos daqueles que estudaram, foram aprovados e não estão sendo respeitados pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Obrigada. (Palmas.)
(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Elói Guimarães está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. ELÓI GUIMARÃES: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, Professor Carrion, ilustre constitucionalista; Sra. Angélica, Presidente do Conselho Regional de Biblioteconomia da 10ª Região, eu tive a oportunidade, aqui, de assistir às falas brilhantes, e, quero, aqui, falar rapidamente sobre a questão dos concursos.

Eu estive, há dois anos, na Secretaria de Administração do Estado, e fizemos concurso lá. Fiz um levantamento e vimos que o Estado estava absolutamente descarnado daquilo que é o elemento fundamental, que é a pessoa. Então, fizemos grandes concursos, depois de 12 anos sem concursos no Estado.

Mas na questão do concurso, via de regra, Professor Carrion, se aprova mais do que a lotação disponível. Agora, existe a questão da expectativa de direito: aprovado no concurso, cria-se, de pronto, a expectativa de direito. Agora, tem um detalhe, Professor Carrion: quando não se supre, já não é expectativa de direito, é direito; ou, se substitui àquele que deveria ocupar o cargo, me parece que é direito. Não sei se não poderia ser invocado judicialmente, porque, aprovado no concurso, cria-se uma expectativa de direito. Bem, não existe vaga, ou estas não estão sendo preenchidas desta ou daquela forma, então se cria a expectativa do direito. Agora, quando existe, me parece que é possível suscitar em juízo a nomeação, porque existe a vaga, ou essa está sendo substituída.

Meus cumprimentos a V. Sa. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. João Antonio Dib está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, não vou usar os dois minutos, quero apenas trazer a informação de que vou fazer contato com a SMED para saber por que razão não foram chamados esses concursados que foram aprovados. Saúde e PAZ!
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Agradecemos a presença do Sr. Eduardo Carrion e da Sra. Angélica Conceição Dias Miranda, Presidente do Conselho Regional de Biblioteconomia da 10ª Região.
Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h52min.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): (14h53min) Estão reabertos os trabalhos.

Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

A Ver.^a Maria Celeste está com a palavra em Grande Expediente.

A SRA. MARIA CELESTE: Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, trago, neste meu tempo em Grande Expediente, uma questão que tem nos incomodado muito na Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana, a todos o Srs. Vereadores que dela participam. Nas visitas que nós fizemos, temos percebido o quanto de abandono nós temos na nossa Cidade. Falo especialmente das crianças, dos idosos, e de uma preocupação que cada vez mais nós temos que ter com a nossa infância. Nós já sabemos que mais de 50% da população do

mundo está constituída de populações urbanas. O povo vive em áreas urbanas de cidades de médio e grande porte. E, para nossa surpresa, nós temos, no mundo todo, mais de um bilhão de crianças que vivem nas áreas urbanas. No entanto, na população da área urbana que vive muito próxima dos serviços essenciais como educação, saúde, lazer e recreação, percebe-se, cada vez mais, que aquelas empobrecidas, excluídas, elas vivem à mercê desses serviços básicos. E em Porto Alegre não é diferente. Porto Alegre se mostra cada vez mais parecida com os dados mundialmente colocados à nossa disposição. Nós temos trabalhado na Comissão com as difíceis condições de vida do mundo urbano. E quero, de novo, reiterar o trabalho iniciado pela nossa Presidente do ano passado, Ver.^a Sofia Cavedon, na região Humaitá/Farrapos/Navegantes, onde a vila Santo André, de que nós estamos trazendo mais uma vez as fotos aqui, apresenta condições muito precárias e, ao mesmo tempo, muito próxima à possibilidade de acessos importantes aos direitos fundamentais, como a água, a eletricidade, a moradia. Nós temos acompanhado esse trabalho e temos feito alguns encaminhamentos já pela segunda, terceira, quarta ou quinta vez, assim como o Câmara na Comunidade o fez, e temos percebido que não conseguimos avançar. Essas fotos que trazemos aqui mostram claramente o abandono, a questão do lixo, a questão da ausência total de política pública, e muito nos preocupa a falta do serviço e do atendimento, mesmo nas comunidades irregulares e de áreas ocupadas como essa.

Na Vila Tio Zeca, nós também percebemos a ausência do serviço básico do esgoto, da coleta do lixo, da falta de saneamento básico, da energia elétrica, a ausência total de uma política pública de moradia e o abandono da infância e dos idosos. Esta é a Vila Tio Zeca (Referindo-se à apresentação de fotos em PowerPoint.), com o acréscimo do problema dos arroios, dos valos e da ausência da operacionalidade do DEP.

Agora veremos as fotos do Beco X, que também tem a mesma dura realidade, onde o amontoado de lixo, de pessoas e de bichos torna-se apenas uma massa de abandono total do serviço público e do gestor público.

Eu trago esse tema porque nós discutimos aqui, todos os anos, o Orçamento da Cidade, onde colocamos, reiteradamente, o não cumprimento do

Orçamento. Isso tem sido uma prática deste Governo desde 2005, quando coloca no Orçamento a previsão daquilo que precisa para os serviços básicos da nossa Cidade, e nós percebemos, pelo resultado final, o pouco investimento, a pouca resolutividade no próprio Orçamento da Cidade. Obras que são prometidas, que são colocadas no Orçamento e que não são realizadas; projetos não realizados.

Só na Saúde, nós temos investimentos na ordem de R\$ 2 milhões em publicidade, em detrimento do serviço básico na periferia. Nós percebemos, no próprio Orçamento, que projetos não são executados. Metade do Orçamento da Cidade para este ano, dos seus R\$ 816 milhões do que foi orçado, no primeiro trimestre deste ano, Ver. João Antonio Dib, foram efetivados apenas R\$ 133 milhões. Provavelmente vamos chegar ao final deste ano com um investimento de apenas R\$ 300 milhões, significando menos da metade daquilo que foi previsto, do que foi orçado. E quando nós, oposição, vimos a esta tribuna dizer que o Orçamento é uma peça fictícia, é uma carta de intenção do Governo, de que não se realiza, nós somos criticados!

Quando vemos fotos como estas da comunidade da Beco X, da Tio Zeca, da Vila Areia, da Santo André, onde o DEP sequer consegue cumprir seu orçamento... No orçamento do DEP, o investimento previsto para 2012 é de R\$ 67,6 milhões, e no primeiro semestre, foram liquidados apenas 7% desse orçamento, ou seja, R\$ 4,8 milhões. A consequência disso é o que vemos nas fotos, especialmente em comunidades como esta e em tantas outras. Como quando é preciso trocar uma rede, como na Vila Santa Rosa, na Rua Argentina Flores da Rosa, que até hoje foi prometida pelo Prefeito. Foi orçada, foi colocada no Orçamento da Cidade e não foi efetivada. Nós vemos, na execução orçamentária, os projetos do próprio DMLU não sendo efetivados na prática. Nós nos deparamos com a dura realidade de comunidades como essas, em que o Poder Público faz uma previsão, um orçamento; o Prefeito tem uma carta de intenções e, na prática, o que nós vemos é o abandono.

A Sra. Sofia Cavedon: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Ver.^a Maria Celeste, eu a parabeno por trazer em conjunto as quatro comunidades do bairro Humaitá e por a Comissão estar refazendo ou, mais

uma vez, fazendo os passos do Câmara na Comunidade do ano passado. Quero apenas informar que fizemos um grande relatório e o entregamos na Defensoria Pública e outro no Ministério Público. O Ministério Público tem um processo – Inquérito Civil Público –, que a Prefeitura está respondendo porque o DEP, criminosamente, não limpa valas e valões há mais de dois anos. E o lodo entra nas casas com lixo e esgoto. Este ano, estamos abençoados, porque ainda não choveu; ano passado, estivemos lá, em julho e agosto, e vimos o quanto é dramática a situação da vida dessas pessoas e das crianças e adolescentes.

A SRA. MARIA CELESTE: Obrigada, Ver.^a Sofia.

O Sr. Alceu Brasinha: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Querida Ver.^a Maria Celeste, quero dizer para a Ver.^a Sofia Cavedon que ela está totalmente enganada. O DEP está limpando as valas todas, até da Ponta Grossa...

(Aparte antirregimental da Ver.^a Sofia Cavedon.)

O Sr. Alceu Brasinha: Sim, senhora, a senhora não está andando na Cidade então, porque o DEP está limpando, e tem local para depositar os resíduos. Quero dizer para a senhora, Ver.^a Maria Celeste – sei que a senhora trabalha muito na comunidade lá no Humaitá –, que às vezes a gente tem que fazer uma parceria junto com a comunidade. O DMLU vai lá, limpa, e as pessoas voltam a depositar lixo. Eu, por exemplo, tenho feito uma parceria: peço para eles me ajudarem; eles me ajudam: retiram o foco do lixo e mantêm limpo. As pessoas têm colaborado, e acho que tem que ser assim. O DEP está limpando, na medida do possível, porque o DEP tem deficiências também, mas, que está limpando a Cidade toda, está limpando! E está fazendo muito, enquanto vários e vários governos não faziam nada nesta Cidade. E a Ver.^a Sofia está equivocada; faz dois anos que o DEP está limpando tudo, e ela não sabe de nada.

A SRA. MARIA CELESTE: Obrigada, Ver. Brasinha. Talvez a gente não ande pela mesma cidade por onde o senhor esteja andando, porque os exemplos que a gente tem trazido aqui são de um total abandono e de ausência da política pública. E a Comissão tem feito justamente o papel que o senhor citava agora, o de buscar parceria e de fazer uma grande mediação, inclusive com o próprio Executivo. Agora, nos causa muita estranheza quando o próprio DMLU nos diz: “A gente vai lá, limpa, tira o foco, e depois as pessoas não ajudam”. Mas qual é a proposta do gestor público para isso? A proposta do gestor público, do meu ponto de vista – e eu fiz essa proposta, como mediadora na Comissão de Direitos Humanos –, é que o Governo, junto com a SMAM, junto com a Governança Local, promova cursos, informações, formações junto com as universidades, para que as pessoas mudem a cultura do descarte do lixo. Isso é uma obrigação do gestor público. É inconcebível que apenas se faça o serviço e não tenha uma proposta, quando se constata que, de fato, precisa haver uma campanha de conscientização, de nova formação com a comunidade, com as pessoas em Porto Alegre.

O Sr. João Antonio Dib: V. Exa. permite um aparte (Assentimento da oradora.) Nobre Ver.^a Maria Celeste, eu gostei muito quando V. Exa. falou em cultura. Nós precisamos dar cultura ao povo, para que não suje mais a nossa Cidade. A Cidade é de todos! Enquanto criticamos o DMLU, estamos dizendo que aqueles que sujam têm razão, porque o pessoal do DMLU não suja a Cidade: limpa!

A SRA. MARIA CELESTE: Com certeza, tem feito um trabalho exemplar, inclusive junto à Comissão. Agora, nós temos que ser mais propositivos e ir além; e aí é uma obrigação do gestor público. Quando se constata de que há esse problema na Cidade, tem que ter proposta. Prefeito é eleito para cuidar da cidade, para propor e encaminhar ações para o benefício de toda uma coletividade.

Eu queria encerrar dizendo, com muita tranquilidade, que temos tido um papel fundamental na Comissão de Direitos Humanos, inclusive com muita mediação, muita conversa, muita negociação com o próprio Executivo. E, também, um

papel com muitas proposições, inclusive sugerindo à Secretaria de Governança Local – que faz toda articulação política do Município –, que busque, junto às universidades, um meio de construir uma campanha, cursos, enfim, para dar sustentação ao trabalho do DMLU, porque temos que trabalhar de uma forma muito diferenciada na nossa Cidade. Há uma relação ainda constituída de muito clientelismo também do gestor público na relação que se constitui nas nossas comunidades, do que não temos acordo. Temos um acordo, sim, de haver um serviço de qualidade, de ser propositivo, de ter realização, em que se possa efetivamente buscar a transformar social.

Agora, se continuarmos com orçamentos feitos de forma fictícia na nossa Cidade, nós não avançaremos. Aquilo que está orçado tem que ser transformado em serviço público; tem de estar, sim, aportado para que as pessoas tenham água, luz, saneamento, asfalto, com dignidade, sem que isso seja uma benesse, mas, sim, um direito de cada cidadão da nossa Cidade de Porto Alegre. Obrigada, Sr. Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Carlos Todeschini assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): O Ver. Mario Manfro está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) Ausente. Encerrado o Grande Expediente.

Solicito às Lideranças para se aproximarem da mesa. (Pausa.)

Sra. Vereadoras, Srs. Vereadores, conforme acordo, passaremos, imediatamente, à Pauta. Após, encerraremos a Sessão Ordinária e abriremos mais duas Sessões Extraordinárias para cumprimento de Pauta do PLE nº 030/12, que institui a Gratificação de Alcance de Metas, GAM, dos Serviços Públicos de Engenharia, Arquitetura e afins do Poder Executivo aos servidores cedidos à Câmara Municipal.

Na segunda Sessão Extraordinária ocorrerá o restante da Sessão prevista para esta Sessão Ordinária.

Passamos à

PAUTA

Não há quem queira discutir a Pauta. (Pausa.) Encerrada a discussão da Pauta.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 15h14min.)